Entre a super-rigidez constitucional e a proibição do retrocesso social: a execução penal funcional como caminho factível para a redução da criminalidade

Between Constitutional Over-Rigidity and the Prohibition of Social Backsliding: Functional Penal Execution as a Feasible Path to Crime Reduction

CRUZ, Robério Vinícius Almeida [1]

Resumo

O presente artigo propõe uma análise crítica da execução penal funcional no Brasil, posicionando-a entre dois polos constitucionais: a super-rigidez da Constituição Federal de 1988 e o princípio da proibição do retrocesso social. Frente ao crescimento dos discursos populistas penais, que reivindicam medidas extremas como prisão perpétua ou pena de morte, esta pesquisa investiga os limites jurídicos e normativos impostos pela Carta Magna a práticas que contrariem direitos fundamentais. Adota-se uma metodologia de natureza bibliográfica, com abordagem exploratória e lógica dedutiva, tendo como base a análise de princípios constitucionais explícitos e implícitos, como a dignidade da pessoa humana e a vedação a retrocessos sociais. O objetivo geral é demonstrar que a execução penal funcional, orientada por garantias constitucionais e voltada à reintegração social, constitui uma via legítima e eficaz para a redução da criminalidade. Como objetivos específicos, busca-se desconstruir o punitivismo simplista dos discursos populistas, evidenciar a força normativa da Constituição e destacar a prática alternativa de execução penal exercida pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) que reduz drasticamente os índices de reincidência. A importância acadêmica da discussão reside na defesa de uma execução penal constitucionalmente orientada, capaz de harmonizar o enfrentamento da criminalidade com a proteção dos direitos fundamentais, reforçando o papel contramajoritário do Judiciário na preservação das cláusulas pétreas. Conclui-se que qualquer retrocesso punitivo viola não apenas o texto constitucional, mas o próprio ideal civilizatório fundado na dignidade humana.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988; Dignidade da pessoa humana; Execução penal funcional; Populismo penal; Proibição do retrocesso social.

Abstract

This article proposes a critical analysis of functional penal execution in Brazil, positioning it between two constitutional poles: the super-rigidity of the 1988 Federal Constitution and the principle of the prohibition of social retrogression. In light of the growing influence of populist penal discourses, which advocate extreme measures

[1] Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes (UNIT). Bolsista (Prosup Capes). E-mail: mestrado_roberiovac@souunit.com.br.

such as life imprisonment or the death penalty, this research investigates the legal and normative limits imposed by the Carta Magna on practices that violate fundamental rights. A bibliographic methodology is adopted, with an exploratory approach and deductive reasoning, based on the analysis of both explicit and implicit constitutional principles, such as the dignity of the human person and the prohibition of social setbacks. The general objective is to demonstrate that functional penal execution, when guided by constitutional guarantees and focused on social reintegration, constitutes a legitimate and effective path toward crime reduction. As specific objectives, the study aims to deconstruct the simplistic punitivism found in populist discourses, highlight the normative strength of the Constitution, and emphasize the alternative penal execution model practiced by the Association for the Protection and Assistance of Convicts (APAC), which drastically reduces recidivism rates. The academic relevance of the discussion lies in the defense of a constitutionally-oriented penal execution model, capable of harmonizing the fight against criminality with the protection of fundamental rights, thereby reinforcing the counter-majoritarian role of the Judiciary in preserving constitutional petrae clausulae (entrenched clauses). The study concludes that any punitive retrogression violates not only the constitutional text but also the very civilizational ideal grounded in human dignity.

Keywords: Federal Constitution of 1988; Functional penal execution; Human dignity; Penal populism; Prohibition of social retrogression.

1. Introdução

A crise do sistema penitenciário brasileiro evidencia um cenário marcado pela superlotação, violência intramuros, reincidência criminal e ausência de políticas efetivas de reintegração social (Cruz; Farias; Silva, 2025). Diante disso, caracteriza-se a necessidade de repensar os fundamentos e os objetivos da execução penal. Nesse contexto, o presente artigo propõe uma análise crítica da execução penal funcional como uma alternativa legítima e constitucionalmente orientada para a redução da criminalidade.

A proposta encontra-se ancorada entre dois polos centrais do constitucionalismo contemporâneo: a super-rigidez da Constituição Federal de 1988 e o princípio da proibição do retrocesso social. Ao rejeitar a perpetuação de práticas ineficazes, esta análise oferece uma via de enfrentamento jurídico e racional à complexidade da questão penal.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza bibliográfica, com abordagem exploratória e lógica dedutiva, o que permite não apenas compreender os fundamentos teóricos da execução penal funcional, mas também interpretar

criticamente as tensões normativas que envolvem sua aplicação. Parte-se da análise dos princípios constitucionais explícitos, como a dignidade da pessoa humana e a individualização da pena, assim como de princípios implícitos, como a vedação a retrocessos sociais. A pesquisa também dialoga com a prática alternativa de execução penal exercida pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) que se destaca por seus baixos índices de reincidência e por sua base humanista.

O objetivo geral do trabalho é demonstrar que uma execução penal funcional, orientada por garantias constitucionais e voltada à reintegração social do apenado, representa um caminho factível, legítimo e eficaz para a redução da criminalidade no Brasil. Tal proposta confronta-se diretamente com os discursos populistas penais, que, ao apelar para o clamor social e a emotividade coletiva, acabam por defender medidas inconstitucionais, como a prisão perpétua ou a pena de morte. Contra essas posturas, a pesquisa sustenta a centralidade da Constituição como baliza normativa inegociável, especialmente no que tange à proteção dos direitos fundamentais.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: a desconstrução do punitivismo simplista e ineficaz presente nos discursos populistas; a valorização da força normativa da Constituição de 1988; e a apresentação do método APAC como alternativa de execução penal que prioriza a dignidade humana, a ressocialização e a prevenção da reincidência. Tais objetivos são perseguidos com base em uma análise crítica da jurisprudência, da doutrina constitucionalista e da criminologia contemporânea, de modo a articular teoria e prática sob a égide do Estado Democrático de Direito.

É nesse contexto que se insere a relevância da discussão proposta, tanto no plano acadêmico quanto no plano político-jurídico. Em tempos de retrocessos civilizatórios e de avanço de ideologias autoritárias, a execução penal funcional emerge como uma resistência técnica e jurídica contra o desmonte de garantias duramente conquistadas. Como afirmam Pinto e Netto (2010), o princípio da proibição do retrocesso social pode ser compreendido como uma manifestação de um princípio mais amplo relativo aos direitos fundamentais. Esse princípio veda retrocessos em tais direitos diante de diferentes atuações estatais, fundamentando-se na ideia de um progresso constante em direção à emancipação humana e à concretização da

dignidade da pessoa humana, não admitindo retrocessos na consagração e efetivação desses direitos.

A abordagem crítica da execução penal funcional não nega a gravidade da criminalidade, tampouco ignora a dor das vítimas e o sentimento de insegurança da sociedade. No entanto, parte do pressuposto de que o enfrentamento da criminalidade só será eficaz se for constitucionalmente orientado e politicamente racional. Ao invés de recorrer a soluções meramente repressivas, que apenas reproduzem o ciclo da violência e da exclusão, o artigo propõe uma política penal compromissada com a transformação social e a redução real dos fatores intrínsecos à criminalidade.

Por fim, este trabalho reivindica o papel contramajoritário do Poder Judiciário na proteção das cláusulas pétreas, especialmente quando confrontado com demandas sociais que exigem retrocessos inconstitucionais. A função judicial, nesse contexto, não é atender ao clamor popular a qualquer custo, mas garantir que as normas fundamentais da ordem constitucional sejam respeitadas mesmo sob pressão. Assim, a execução penal funcional se apresenta como alternativa juridicamente sólida, socialmente eficiente e moralmente legítima, à altura dos desafios que o Brasil enfrenta no campo da segurança pública e dos direitos humanos.

2. A super-rigidez da constituição de 1988 e os limites estruturais ao populismo penal

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), conforme aponta Alexandre de Moraes (2022), embora alvo de divergências doutrinárias, configura-se como um marco jurídico de natureza super-rígida no que tange ao processo legislativo. Essa rigidez não apenas dificulta a alteração de seu texto, mas também impõe limites intransponíveis à supressão de direitos e garantias fundamentais. Tal característica decorre do fato de que, ainda que sejam admitidas emendas constitucionais mediante procedimento especial, há dispositivos absolutamente intocáveis, como os direitos e garantias fundamentais protegidos pelo art. 60, § 4º, da CF/88 (Brasil, 1988).

Essa condição de intangibilidade manifesta-se nas chamadas cláusulas pétreas, que atuam como verdadeiras barreiras contra retrocessos legislativos. Assim, o ordenamento constitucional estabelece que determinadas normas não podem ser

revogadas ou modificadas, nem mesmo por emendas constitucionais ou leis ordinárias, por tratarem-se de fundamentos essenciais do pacto constitucional. São, portanto, imutáveis, nos termos do próprio art. 60, § 4º, da Carta Magna (Brasil, 1988). Esse mecanismo protetivo impede que soluções legislativas simplistas e autoritárias se sobreponham à racionalidade constitucional.

No campo penal, por exemplo, há restrições expressas quanto à imposição de penas incompatíveis com os valores fundamentais da Constituição, como a proibição de penas cruéis, da prisão perpétua e da pena de morte, esta última admitida apenas em caso de guerra declarada. Nesse sentido, a Carta Magna de 1988 consagra um conjunto de garantias voltadas à tutela da pessoa privada de liberdade, reafirmando o princípio da dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988). Entre essas garantias, destacam-se justamente as vedações previstas no art. 5º, XLVII, alíneas "a", "b" e "e", que reforçam o compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com a limitação do poder punitivo estatal (Brasil, 1988).

Sobre efeito, a rigidez constitucional atua como salvaguarda contra investidas que comprometam os fundamentos do Estado Democrático de Direito, garantindo que o sistema jurídico brasileiro permaneça ancorado na proteção dos direitos fundamentais. Tal estabilidade normativo-institucional revela-se indispensável para conter o avanço de discursos populistas e punitivistas que, sob o pretexto de combater a criminalidade, pretendem legitimar soluções regressivas e incompatíveis com os preceitos constitucionais.

Somando-se, segundo Konrad Hesse (1991), a eficácia da Constituição depende não apenas de seu conteúdo normativo, mas também da disposição dos atores sociais e institucionais em orientar suas condutas conforme os princípios nela consagrados, o que o autor denomina de “vontade de Constituição”. Essa disposição é essencial para que a Constituição exerça sua força normativa e se afirme como fundamento legítimo da ordem política e social. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal desempenha papel decisivo ao assumir concretamente as tarefas constitucionais que lhe foram atribuídas, atuando como guardião dos direitos fundamentais e da separação de poderes, mesmo diante de pressões populares intensas.

Conforme observam Figueiredo e Pereira (2025), a democracia não se limita à vontade da maioria, sendo igualmente sustentada pelo respeito às garantias constitucionais. Ao adotar uma postura contramajoritária diante de avanços do populismo penal e impedir que demandas emocionais se convertam em normas regressivas, o STF concretiza a vontade de Constituição e reafirma o pacto fundante de 1988, expressando, assim, o compromisso com a estabilidade institucional e com a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Neste cenário, a doutrina também reconhece que a vedação ao retrocesso social funciona como cláusula implícita de proteção aos direitos conquistados. Como afirmam Pinto e Netto (2010), a cláusula da vedação ao retrocesso social funciona como um mecanismo de contenção contra iniciativas legislativas ou políticas que ameacem o núcleo essencial de direitos já conquistados. Esse princípio dialoga diretamente com o art. 60, § 4º, da CF/88, que protege os direitos e garantias fundamentais contra qualquer tentativa de regressão. Tais salvaguardas asseguram que não haja rupturas abruptas no processo de construção dos direitos sociais, penais e humanos, garantindo uma ordem jurídica coerente com os valores constitucionais.

Evidencia-se, portanto, que, a super-rigidez constitucional não deve ser compreendida como obstáculo à transformação social, mas como um alicerce para reformas que respeitem os limites democráticos. A estabilidade conferida pelas supracitadas cláusulas pétreas é condição de possibilidade para o avanço progressivo dos direitos, impedindo retrocessos travestidos de inovação legislativa. É nesse arcabouço jurídico que a execução penal funcional encontra legitimidade e viabilidade. Ao alinhar-se às garantias constitucionais e à vedação ao retrocesso social, constitui uma alternativa sólida, racional e eficaz diante do clamor por respostas penais. Defendê-la é reafirmar o compromisso com a legalidade, a dignidade humana e a manutenção dos direitos conquistados.

3. O princípio da proibição do retrocesso social como mecanismo de defesa dos direitos fundamentais no sistema penal

O princípio da proibição do retrocesso social, embora não esteja expressamente previsto no texto constitucional, emerge como uma cláusula implícita

essencial à estabilidade e à efetividade dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito. No âmbito do sistema penal, esse princípio atua como uma barreira normativa contra iniciativas que busquem restringir ou suprimir garantias já conquistadas, funcionando como instrumento de proteção contra soluções autoritárias e regressivas. Segundo Pinto e Netto (2010), a dignidade da pessoa humana, enquanto valor fundante dos direitos fundamentais, impõe uma atuação estatal voltada à sua efetiva promoção, vedando a fragilização ou debilidade de sua eficácia, seja por ação ou por omissão.

Nesse sentido, o princípio da proibição do retrocesso social revela-se diretamente vinculado à dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, III, da CF/88 (Brasil, 1988), e à função ressocializadora da pena, estabelecida pela Lei de Execução Penal, lei nº 7.210/1984, (Brasil, 1984). Conforme destaca a legislação vigente, a execução da pena deve respeitar os direitos fundamentais do apenado e buscar sua reintegração social. Qualquer tentativa de ampliar o rigor punitivo por meio da imposição de medidas como a prisão perpétua ou a pena de morte não apenas afronta os dispositivos constitucionais protetivos, como o art. 5º, XLVII, da CF/88, mas também desconsidera a função humanizadora e integradora da pena.

A Lei de Execução Penal, apesar de ter sido promulgada antes da Constituição de 1988, mostra-se plenamente compatível com seus fundamentos garantistas. A partir da nova ordem constitucional, a LEP passou a ser interpretada à luz da dignidade da pessoa humana, fortalecendo sua vocação ressocializadora. As garantias constitucionais relativas às condições carcerárias e ao respeito à integridade dos presos encontram respaldo direto em dispositivos da LEP que asseguram acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à assistência material, como os artigos 11 a 13 (Brasil, 1984). Além disso, o controle jurisdicional da execução penal, previsto no art. 66, reforça o compromisso com o devido processo legal (Brasil, 1984).

A análise do populismo penal no Brasil parte do reconhecimento de uma crise sistêmica no campo do direito penal, evidenciada por uma acentuada insegurança jurídica e por uma desconexão entre teoria e prática (Silva; Filho, 2024). Conforme Baratta (2017), o sistema penal contemporâneo perdeu o sentido de suas penas, que passaram a ser aplicadas de forma arbitrária e desprovida de finalidade, revelando

um distanciamento em relação aos fundamentos normativos do direito. Neste contexto, medidas punitivistas não apenas falham em reduzir a criminalidade, como comprometem garantias constitucionais fundamentais, como o direito à defesa e à ressocialização.

A ilusão de eficácia promovida por discursos populistas punitivistas é amplamente desconstruída por uma abordagem crítica da criminalidade. Conforme Zaffaroni (2010), em meio à crise dos sistemas penais, a sociedade recorre a mecanismos de negação, mantendo a aparência de normalidade institucional, ainda que o modelo se revele insustentável. Esse comportamento alimenta soluções regressivas e inconstitucionais, como a tentativa de reinserir no ordenamento penal institutos já vedados pela Constituição, a exemplo da prisão perpétua e da pena de morte.

É nesse ponto que o princípio da proibição do retrocesso atua como elemento estabilizador da ordem jurídica. Conforme reiteram Pinto e Netto (2010), esse princípio se ancora tanto nos direitos sociais quanto nas normas internacionais de direitos humanos recepcionadas com status constitucional, vedando práticas regressivas e impondo obrigações progressivas ao Estado. Ao impedir que os direitos fundamentais sejam restringidos por medidas legislativas ou judiciais de cunho populista, o princípio da vedacão ao retrocesso protege a estabilidade institucional e reforça a legitimidade da democracia.

O arcabouço jurídico-constitucional brasileiro, nesse sentido, consagra diversas garantias direcionadas à proteção da pessoa privada de liberdade, refletindo o compromisso com a dignidade da pessoa humana. A CF/88 proíbe a imposição de penas cruéis, da prisão perpétua e da pena de morte (art. 5º, XLVII), assegura o cumprimento da pena em condições adequadas (art. 5º, XLVIII), e protege a integridade física e moral dos presos (art. 5º, XLIX). Essas disposições evidenciam que a resposta estatal à criminalidade deve estar em consonância com os direitos fundamentais e com os valores civilizatórios da ordem constitucional.

Dessa forma, a execução penal funcional, orientada pelos princípios constitucionais e pelo respeito à dignidade humana, surge como alternativa viável e necessária frente às ineficiências do modelo punitivista tradicional. Machado e

Guimarães (2014) enfatizam que a crise penitenciária, presente em diversos países, demonstra a incapacidade das políticas penais em atingir os objetivos ressocializadores, demandando reformas estruturais profundas. Tal posicionamento corrobora a necessidade de resistência contra retrocessos legais e políticos, reafirmando o papel do Direito como instrumento de promoção da justiça e dos direitos humanos.

Assim, é imperioso compreender que o combate à criminalidade não pode ser feito à revelia da Constituição. As garantias ali previstas não são meros entraves formais, mas condições materiais para a existência de um sistema penal justo e eficiente. A defesa do princípio da proibição do retrocesso social não significa leniência com o crime, mas sim compromisso com uma resposta penal coerente, racional e comprometida com os valores democráticos e humanistas que fundam o ordenamento jurídico brasileiro.

4. Execução penal funcional como estratégia factível para a redução da criminalidade

A execução penal funcional, concebida a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Execução Penal (LEP), configura-se como um modelo eficaz e constitucionalmente legítimo de enfrentamento à criminalidade. Ao priorizar a reintegração social e os direitos fundamentais do apenado, essa abordagem rompe com a lógica punitivista que historicamente dominou o sistema penal brasileiro. Trata-se de um paradigma que entende a pena como meio de transformação social, e não como instrumento de mera repressão ou vingança.

A relevância desse modelo se intensifica diante do reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do chamado “estado de coisas inconstitucional” no sistema carcerário brasileiro, na ADPF 347. Nesse julgamento, o STF apontou a existência de violações sistemáticas e generalizadas de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade, comprometendo a eficácia da própria ordem constitucional (Conselho Nacional de Justiça, 2024). Nesse cenário de falência institucional, a execução penal funcional surge como alternativa capaz de reconstruir a legitimidade

do sistema penal, promovendo a dignidade humana e a efetividade das garantias constitucionais.

Entre os modelos funcionais existentes, destaca-se o da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que se diferencia por sua proposta humanizada e eficaz. Conforme Trindade e Ramos (2022), a APAC adota uma metodologia inovadora que humaniza a execução penal, tratando o condenado como “recuperando”, rejeitando o uso de armas e priorizando a corresponsabilização, os vínculos familiares e o trabalho como instrumentos de dignidade. Essa abordagem tem se mostrado especialmente eficaz no contexto feminino: segundo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2023), enquanto o sistema prisional tradicional apresenta reincidência próxima a 70%, nas APACs femininas esse índice é reduzido para cerca de 3%.

Ademais, vale salientar que Ferreira e Ottoboni (2016) também enfatizam que as unidades da APAC apresentam índices de reincidência significativamente inferiores aos das prisões convencionais, além de menor custo operacional, demonstrando que é possível aliar eficiência e respeito à dignidade. Barros-Brisset (2012) complementa ao destacar o potencial do modelo para romper com a lógica excludente do sistema penal tradicional, mostrando que a segurança pública pode ser promovida sem recorrer ao sofrimento como ferramenta punitiva. Assim, a execução penal funcional revela-se não apenas moralmente mais justa, mas também economicamente viável.

Um dos pilares da eficácia do método APAC é sua ênfase na reinserção profissional, por meio de oficinas, atividades laborativas e programas educacionais que desenvolvem habilidades concretas para o mercado de trabalho. Ao oferecer meios reais de subsistência e reconstrução da identidade produtiva, o modelo rompe com o ciclo da criminalidade e fortalece a autonomia do recuperando. Silva e Ramos (2018) observam que a retomada da vida profissional por ex-presos é um dos maiores desafios das políticas públicas no Brasil, que ainda não oferecem respostas efetivas. Nesse cenário, a APAC se destaca por assumir esse compromisso de forma estruturada, promovendo não apenas capacitação, mas também dignidade e

autonomia ao processo de recomeço, o que reforça sua eficácia como instrumento duradouro de reintegração social.

Tais resultados reforçam a adequação e a proporcionalidade do modelo funcional. Conforme Ávila (2022), o princípio da proporcionalidade exige três etapas: a adequação da medida ao fim desejado, a escolha da alternativa menos gravosa (necessidade) e a proporcionalidade em sentido estrito, que exige ponderação entre benefícios sociais e restrições a direitos fundamentais. A execução penal funcional, ao combinar reintegração com segurança, satisfaz todas essas exigências, promovendo proteção social sem violar as garantias fundamentais dos apenados.

Além da efetividade empírica, a execução penal funcional resiste à subversão de suas bases normativas. Para Novais (2021), uma norma de garantia só perde seu sentido quando é totalmente desfigurada, a ponto de deixar de produzir qualquer efeito de proteção à liberdade. Isso significa que medidas parciais ou restrições pontuais não bastam para invalidar a essência das garantias fundamentais. Assim, mesmo diante de pressões políticas e sociais, a execução penal funcional mantém-se fiel à sua finalidade ressocializadora, preservando a coerência com os direitos consagrados constitucionalmente.

Enquanto isso, os discursos populistas penais continuam a influenciar políticas regressivas e autoritárias. Eles se sustentam na manipulação do medo coletivo e na criação de inimigos sociais. Segundo Hermet (2002), tais discursos constroem a imagem de uma sociedade idealizada e deslocam a culpa por problemas estruturais para grupos previamente estigmatizados, transformando-os em bodes expiatórios e justificando o endurecimento penal. A execução penal funcional, ao se opor a essa retórica, reafirma o papel racional e técnico do Direito Penal em uma democracia.

Em síntese, a execução penal funcional, ancorada na Constituição de 1988 e na LEP, representa uma estratégia concreta, legítima e eficaz de enfrentamento à criminalidade. Sua eficácia empírica, racionalidade jurídica e respeito à dignidade humana a tornam superior aos modelos punitivistas tradicionais. O modelo APAC, especialmente, prova que é possível reduzir a reincidência, restaurar vidas e preservar os direitos fundamentais sem abrir mão da segurança pública. Assim, investir na

execução penal funcional é, ao mesmo tempo, uma exigência constitucional e um imperativo civilizatório.

Conclusão

Diante da análise desenvolvida, conclui-se que a execução penal funcional, ancorada nos fundamentos da Constituição Federal de 1988 e nos princípios da dignidade da pessoa humana e da proibição do retrocesso social, constitui não apenas uma alternativa viável, mas uma necessidade inadiável frente ao colapso do sistema carcerário brasileiro. A super-rigidez constitucional não deve ser interpretada como um obstáculo à inovação, mas sim como um alicerce que assegura a continuidade e a integridade dos direitos fundamentais frente às ameaças regressivas do populismo penal.

A crítica ao modelo punitivista tradicional revela a sua ineficácia histórica no enfrentamento da criminalidade e sua desconexão com os valores humanistas consagrados pelo Estado Democrático de Direito. Ao reproduzir ciclos de exclusão, violência e reincidência, esse paradigma se afasta da finalidade constitucional da pena e agrava a crise penitenciária. Nesse cenário, a execução penal funcional se impõe como resposta racional, jurídica e moralmente legítima, reafirmando o compromisso do Estado com a promoção da justiça social e da reintegração cidadã.

O princípio da vedação ao retrocesso social, mesmo como cláusula implícita, exerce função central na contenção de retrocessos punitivos. Sua conexão intrínseca com a dignidade humana reforça a ideia de que os avanços civilizatórios em matéria penal não podem ser objeto de barganha política ou pressão popular. Assim, qualquer tentativa de reintroduzir penas cruéis, como a prisão perpétua ou a pena de morte, representa afronta direta à Constituição e ameaça ao pacto democrático firmado em 1988.

A legitimidade e a eficácia do modelo funcional são comprovadas empiricamente pelas experiências desenvolvidas no âmbito da APAC, que combina baixos índices de reincidência, custo reduzido e promoção da dignidade humana. Tais evidências desconstroem a narrativa de que penas mais duras são sinônimo de segurança, demonstrando que a verdadeira prevenção da criminalidade exige

investimento em políticas públicas estruturadas, inclusivas e orientadas por garantias constitucionais.

Além disso, a execução penal funcional responde aos critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade, revelando-se juridicamente compatível com os princípios constitucionais. Sua implementação, embora ainda incipiente, aponta caminhos concretos para a reconstrução da legitimidade do sistema penal brasileiro, sem recorrer ao populismo legislativo ou ao endurecimento inconstitucional da pena.

Nesse contexto, o papel contramajoritário do Poder Judiciário torna-se essencial para conter impulsos punitivistas desprovidos de fundamento constitucional. A função da magistratura não é ceder ao clamor popular, mas resguardar o núcleo essencial dos direitos fundamentais mesmo sob pressão. Reforçar a execução penal funcional, portanto, é também afirmar o Judiciário como guardião da Constituição e promotor de uma justiça penal comprometida com a transformação social e a dignidade humana.

A super-rigidez da Constituição deve ser compreendida como instrumento de resistência democrática contra retrocessos e violações sistemáticas, especialmente no contexto de políticas criminais. Longe de engessar a ordem jurídica, ela promove estabilidade normativa e coerência institucional, servindo como base para reformas comprometidas com o progresso social. A execução penal funcional, nesse sentido, não rompe com a rigidez constitucional, mas realiza suas potencialidades transformadoras.

A crise do sistema prisional brasileiro exige soluções que articulem eficiência e legalidade, superando tanto o imobilismo das políticas penais tradicionais quanto os riscos do populismo legislativo. Neste sentido, um modelo de justiça restaurativa e humanista contribui para a construção de uma cultura jurídica comprometida com os valores democráticos e com a função emancipadora do Direito.

Portanto, investir na execução penal funcional não é apenas uma estratégia de segurança pública, mas também uma exigência ética, jurídica e política. Ao reafirmar a centralidade da Constituição e o papel civilizatório da pena, essa proposta se alinha aos compromissos internacionais de direitos humanos e à missão republicana de

promover justiça com equidade. Em tempos de retrocesso, ela se apresenta como um farol de racionalidade, legalidade e esperança.

Por fim, a adoção plena do modelo funcional exige vontade política, formação continuada dos operadores do Direito, fortalecimento institucional e conscientização social. É preciso superar a retórica do medo e do ódio e construir, com base em evidências e na Constituição, um sistema penal voltado à inclusão, ao respeito e à reconstrução de trajetórias. A execução penal funcional representa, assim, não apenas uma alternativa ao fracasso do punitivismo, mas um verdadeiro projeto de sociedade.

Referências

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros; Juspodivm, 2022.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni de. **Ideologia e pragmática na execução das medidas de segurança antes e depois do Programa Novos Rumos do TJMG**. In: SILVA, Jane Ribeiro (org). A execução penal à luz da APAC. Belo Horizonte: TJMG, 2012. p. 325-339. Disponível em: https://bd.tjmg.jus.br/server/api/core/bitstreams/d3c0da7d-ecba-4266-82d4-77da92545803/content. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347**. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/pena-justa/plano-nacional-pena-justa.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

CRUZ, Robério Vinícius Almeida; FARIAS, Bruna Eduarda Vieira de; SILVA, Ronaldo Alves Marinho da. **Atuação eficaz e vantagens da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC – na diminuição da crise carcerária no Brasil**. In: BARBOSA, Frederico Celestino (org.). Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais. 19. ed. Piracanjuba-GO: Editora Conhecimento Livre, 2025. Cap. 2, p. 18–30. Disponível em: https://api.conhecimentolivre.org/ecl-api/storage/app/public/L.1096-2025.pdf. Acesso em: 14 jun 2025.

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. **Método APAC: sistematização de processos**. Colab. Maria Solange Rosalem Senese [et al.]. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016. Disponível em: https://bd-login.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/7821/1/APAC.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

FIGUEIREDO, Roberto Carlos de; PEREIRA, Victor Paulo Fortes. **A função contramajoritária do Supremo Tribunal Federal como mecanismo de proteção dos direitos fundamentais e os desafios enfrentados no contexto democrático brasileiro**. In: GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes (org). Direito contemporâneo: desafios e possibilidades. Ponta Grossa: AYA Editora, 2025. v. 9, p. 15–30. Disponível em: https://ayaeditora.com.br/livros/L871.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição = Die normative Kraft der Verfassung**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. **A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581. 1º Trimestre de 2014. Disponível em: https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/1008/Arquivo%2030.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **MPMT conhece em MG experiência do método APAC para sistema prisional**. 2023. Disponível em: https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/123066/mpmt-conhece-em-mg-experiencia-do-metodo-apac-para-sistema-prisional. Acesso em: 18 maio 2025.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 39. ed., 2. reimp. Barueri, SP: Atlas, 2022.

NOVAIS, Jorge Reis. **As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição**. 3. ed. Lisboa: AAFDL, 2021.

PINTO E NETTO, Luísa Cristina. **O princípio da proibição de retrocesso social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 101–221.

SILVA, C. P. da .; OLIVEIRA FILHO, E. W. de . **Populismo penal e superlotação carcerária: um ciclo vicioso no Brasil**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos , Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e15122, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1522. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1522. Acesso em: 3 jul. 2025.

SILVA, Ronaldo Alves Marinho da; RAMOS, Brunna Suzart da Mata. **APAC: UMA ALTERNATIVA À INÉRCIA DO ESTADO FRENTE À FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL**. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 13-25, 2018. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/4777. Acesso em: 30 maio 2025.

TRINDADE, Luara Primo; RAMOS, Christine Fonseca Arães. **Método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados como alternativa à crise penitenciária no Brasil**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 2090–2106, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i11.7799. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7799/3048. Acesso em: 05 jun. 2025.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl Zaffaroni. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.